

DEPUTADOS COBRAM ANÁLISE DE RISCO DA CEDAE

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) tem prazo de 60 dias para entregar à Assembleia Legislativa (Alerj) um plano de gestão com uma análise de risco para justificar a demissão de 50 funcionários concursados, com 25 a 40 anos de experiência, ocorrida no último dia 15 de março. A determinação foi feita durante audiência pública realizada pela Comissão de Saneamento Ambiental da Alerj nesta segunda-feira (25/03). Diante da saída deste corpo técnico extremamente qualificado, os deputados presentes se mostraram preocupados com um possível colapso no atendimento das 13 milhões de pessoas atendidas pela Cedae no Estado do Rio. “Queremos saber o que de fato vai ser feito diante destas demissões, que a nosso ver, foram totalmente equivocadas”, afirmou o presidente da comissão, o deputado estadual Gustavo Schmidt (PSL), que prometeu entrar em contato com o governador Wilson Witzel ainda nesta segunda-feira para tentar reverter a decisão.

Foram solicitadas também as listas com os salários dos 50 funcionários afastados e dos 134 comissionados que trabalham hoje na empresa. “A justificativa da Cedae foi de que estavam sendo eliminados os salários mais altos. Existem muitas outras formas de se fazer economia para investir em saneamento. Cortar a cabeça de uma empresa como a Cedae não é a melhor delas”, disse Schmidt. Durante mais de três horas de reunião no Plenário do Palácio Tiradentes, deputados pressionaram o presidente da Cedae, Hélio Cabral, sobre o que estaria por trás das demissões. “Não dá para fazer tudo na perna, sem plano de gestão de risco. Não estou aqui para discutir se existe briga política entre pastores. Pastor não pode ser belicoso. Pastor deveria promover a paz”, disse o deputado Luiz Paulo (PSDB).

Já a deputada Lucinha (PSDB), vice-presidente da comissão, ressaltou que o mais importante nesta discussão não é o valor dos salários, mas sim a competência destes profissionais que, somados, têm mais de dois mil anos de experiência. “Se esses engenheiros têm um bom salário, isso é fruto do trabalho e da dedicação deles. Agora esses cargos serão preenchidos por quem?”, perguntou a deputada que aventou a hipótese destas demissões terem como objetivo final a privatização da Cedae.

Alguns deputados ressaltaram o fato de que profissionais da iniciativa privada estão sendo convidados pela presidência da Cedae para postos de diretoria o que reforçaria esta hipótese. Gustavo Schmidt citou a contratação de Alexandre Bianchini, ex-diretor de uma empresa privada com concessões na área de água e esgoto no Brasil. Hélio Cabral não soube explicar porque Bianchini teria aceitado ir para a Cedae ganhando três vezes menos do que na iniciativa privada. “Não sei qual foi a motivação pessoal dele. Mas na vida profissional às vezes a gente dá um passo atrás para dar dois à frente”, afirmou.

A adoção de um Programa de Demissão Voluntária (PDV) foi sugerida por alguns dos deputados presentes como uma saída para este impasse. “Assim, estes funcionários que se dedicaram por mais de 30 anos à Cedae podem sair de cabeça erguida da companhia que eles ajudaram a construir ao longo de suas vidas”, afirmou Lucinha.

Muitos dos funcionários demitidos assistiram emocionados a audiência pública. Eles contestaram a alegação de que recebem altos salários, justificativa usada como critério para as demissões. Afirmaram que seus vencimentos não são aqueles apresentados pela presidência da Cedae e que os valores estão de acordo com o tempo de serviço e o nível de qualificação de todos. O engenheiro Edes Fernandes, com 40 anos dedicados à companhia, afirmou que os empregados, em sua maioria, recebem apenas os proventos regulamentados pelas regras salariais da própria empresa. “Se não tivessem sido promovidos em 25 anos de trabalho, talvez não estivessem neste lista negra”, disse.

O presidente da Cedae reafirmou durante a audiência pública que o critério usado para selecionar os funcionários que seriam demitidos foi o salarial mas não soube explicar qual a linha de corte usada. Segundo ele, o dinheiro será usado para obras de saneamento da Rocinha, Zona Sul do Rio. Hélio Cabral garantiu ainda que todas as suas decisões contam com o respaldo do governador com quem se reuniria semanalmente para discutir o plano de reestruturação da empresa.

Nesta terça-feira (26/03), haverá uma audiência de mediação no Ministério Público do Trabalho entre a Cedae e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGERJ).